

PROJECTO “POLÍTICAS E PRÁTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA: OS LEITORADOS DE PORTUGUÊS”

SINOPSE

Este projecto de investigação está a ser desenvolvido pelo *Fórum Sociológico – Centro de Estudos* e pelo *Centro de Linguística* da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, ao abrigo do Programa Lusitânia, financiado pela FCT (PLUS/SOC/50310).

PERÍODO DE EXECUÇÃO:

Novembro 2004 – Abril 2007

EQUIPA DE INVESTIGAÇÃO

Investigador Responsável

Luís V. Baptista, Professor Associado com Agregação do Departamento de Sociologia da FCSH/UNL; membro do *Fórum Sociológico – Centro de Estudos*.

Investigadores

João Costa, Professor Auxiliar com Agregação no Departamento de Linguística da FCSH/UNL, membro do *Centro de Linguística*.

Ana Madeira, Professora Auxiliar no Departamento de Linguística da FCSH/UNL, membro do *Centro de Linguística*.

José Resende, Professor Auxiliar do Departamento de Sociologia da FCSH/UNL; Presidente do *Fórum Sociológico – Centro de Estudos*.

Ana Patrícia Pereira, Licenciada em Sociologia pela FCSH/UNL, mestranda em Sociologia na mesma universidade, membro do *Fórum Sociológico – Centro de Estudos*

OBJECTIVOS:

Esta investigação pretende ser um contributo para a compreensão da forma como Portugal desenvolve políticas concretas de difusão e implantação internacional da língua portuguesa, nomeadamente no contexto universitário, e para o conhecimento de um segmento específico de agentes dessa política: os leitores de língua e cultura portuguesa no estrangeiro. Pretende-se analisar os percursos profissionais dos leitores enquanto intervenientes no plano da mediação cultural e ainda as formas institucionais e os meios pedagógicos de que se dispõe para ensinar e difundir a língua e cultura portuguesas. Trata-se de um projecto concebido numa perspectiva de partilha interdisciplinar entre a Sociologia e a Linguística.

ASPECTOS RELEVANTES DA INVESTIGAÇÃO:

1. História dos Leitorados

A política de internacionalização da língua e cultura portuguesa em universidades estrangeiras iniciou-se na distante década de 20 do passado século – com a criação dos primeiros leitorados em França, na Alemanha, no Reino Unido e em Itália – podendo ser já considerada uma política de longa duração. O primeiro leitorado, em Rennes, foi criado em 1921, ainda durante a Primeira República, tendo como leitor o Dr. Sezinando Raimundo das Chagas Franco, professor do Colégio Militar.

Centrados inicialmente no espaço europeu, os leitorados conheceram uma expansão numérica e geográfica considerável, graças ao desenvolvimento de relações diplomáticas com países de outras áreas geográficas e políticas na sequência da instauração do regime democrático em Portugal. Por volta de 1987 iniciou-se a criação de leitorados nos países africanos de língua oficial portuguesa e continuou-se a expandir o apoio ao ensino da língua e cultura portuguesas por todo o mundo, nesta época o número de leitorados ultrapassou pela primeira vez a centena. Mas a tendência para recentrar a localização dos leitorados de português no mundo, relevante a partir de 1975, afinal não alterou profundamente a anterior, pois a presença de leitorados de língua portuguesa continua mais forte na Europa (sobretudo nos países por onde a rede começou a formar-se) do que nos outros continentes. Esta distribuição geográfica é indicadora de uma política linguística e cultural tradicionalmente virada para a Europa, visando a afirmação da língua no contexto onde ela é minoritária.

2. Modelo de acção da Internacionalização da Língua e Cultura Portuguesas

O Instituto Camões, criado em 1992, é actualmente a instituição responsável pela gestão dos leitorados, assim como pela internacionalização da língua e cultura portuguesas. A sua transferência da tutela do Ministério da Educação para a do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 1994, constituiu a consagração da acção cultural e linguística como parte integrante e inequívoca da política externa do Estado e designou este instituto como instrumento privilegiado dessa política.

O Instituto Camões tem vindo a diversificar o modelo de acção que herdou dos institutos que o precederam no que diz respeito às formas de apoiar a internacionalização do ensino da língua portuguesa. Os leitorados deixaram de ser as únicas componentes daquilo que se convencionou designar Rede de Docência, que congrega ainda cátedras, universidades apoiadas (com professores ou apoios de outro tipo), Centros de Língua Portuguesa e aulas de língua portuguesa em instituições de natureza não universitária, tais como alguns Centros Culturais ICA ou o Parlamento de Timor-Leste.

No que diz respeito à internacionalização da cultura, os leitorados e os Centros de Língua têm vindo a assumir oficialmente funções de divulgação cultural, para além de linguística. Os Centros Culturais, cuja criação se iniciou em 1993, são outro tipo de instrumentos de divulgação cultural. Sendo bem mais dispendiosos do que os Centros de Língua, existem apenas 20 em todo o mundo, a sua maior vantagem é potenciarem a divulgação da língua e da cultura fora do espaço académico, o que nesta fase da história internacional é crucial.

3. A Língua Portuguesa e as outras línguas europeias na Europa e no Mundo

Não obstante o crescimento do inglês como língua franca em todos os campos – artístico, político, científico, económico, etc. – assistimos a lutas entre Estados nacionais e comunidades linguísticas pela divulgação das suas línguas e culturas. O site Ethnologue, na sua última versão (2005), contabiliza 177,457,180 falantes de português em todo o mundo, como língua primeira e segunda, tornando-se assim a sexta língua mais falada no mundo, a seguir ao mandarim, ao inglês, ao espanhol, ao árabe e ao hindi. Esses falantes encontram-se sobretudo na Europa, América do Sul e África, mas também na Ásia, em países cuja língua oficial é o português. É precisamente face a esta situação, e na tentativa de garantir a presença do ensino da língua e da cultura nos lugares onde é falado o português – como Cabo Verde, Angola ou Timor Leste – que se

vem desenvolvendo uma linha de actuação do Instituto Camões em complemento das acções de apoio ao ensino de língua portuguesa como língua estrangeira.

As opiniões de leitores, decisores políticos e académicos, recolhidas ao longo desta investigação, tornam claro que uma maior coordenação de esforços, quer entre os vários ministérios e organismos de Estado em Portugal, quer entre os 8 países de Língua Oficial Portuguesa, quer entre parceiros estatais e não estatais com interesses nesta área seria uma mais valia para a política de divulgação internacional da língua portuguesa e das várias culturas nacionais e regionais a ela associadas.

No panorama das políticas externas de língua e cultura dos países da União Europeia, podemos dizer que o caso português ganha especificidade pelo principal contexto em que investe: o universitário. De entre os casos analisados – Itália, França, Alemanha e Reino Unido – aquele que mais se aproxima do modelo português é o italiano, pois, para além dos Centros Culturais Italianos, conta igualmente com uma rede de leitorados no ensino universitário, sendo os leitores recrutados entre os professores do ensino secundário. A França abandonou esse modelo nos anos 90 por ser demasiado dispendioso, passando a apostar na acção dos institutos franceses, das embaixadas e da *Aliance Française* para a divulgação e ensino da sua língua e cultura, mantendo ainda assim a cooperação com universidades estrangeiras. No que diz respeito à Alemanha, a política linguística cultural externa é feita em três vertentes: a divulgação cultural e o ensino da língua ancorados nos *Goethe Institut* dispersos pelo mundo, e a cooperação científica, através da concessão de bolsas e apoios à investigação. A política de promoção e divulgação da língua e cultura inglesa é desempenhada essencialmente pelo *British Council*, responsável pelo ensino da língua e pela organização de actividades de divulgação cultural e científica em colaboração com universidades e outras entidades locais. Nestes três últimos casos, apesar da colaboração com universidades não estar excluída, o público académico não é o prioritário.

4. As trajectórias profissionais dos Leitores de língua e cultura portuguesas e as formas institucionais de enquadramento.

Um dos efeitos da diversificação do modelo português de internacionalização da língua e da cultura é a variedade de trajectórias, situações laborais e funções dos professores que integram a rede de docência. Para além de poderem ser requisitados ou contratados, estes professores dividem-se ainda em: leitores; professores enviados para os PALOP, denominados formadores pois formam essencialmente professores de língua

portuguesa; docentes, geralmente contratados localmente pelas universidades no âmbito dos protocolos com o Instituto Camões; e por fim alguns Bolseiros Fernão Mendes Pinto que assumem funções docentes. As funções dos leitores, e dos outros professores ligados à Rede de Docência do Instituto Camões, não se limitam ao ensino da língua portuguesa em instituições universitárias. Como podemos ler na Lei Orgânica do Instituto, os leitores devem ter, *“para além das funções docentes, funções de difusão e promoção cultural em coordenação com os Centros Culturais e as representações diplomáticas”* (Artigo 20º do Decreto-Lei n.º 170/97 de 5 de Julho). Este diploma veio consagrar legalmente uma prática há muito assumida por grande número de leitores.

Assim, há dois planos complementares em que temos de situar o papel dos leitores: em primeiro lugar, a actividade docente, que é sempre uma mediação envolvendo conhecimentos a transmitir, e nessa medida, o professor-leitor de língua estrangeira é um mediador cultural transmissor de especificidades culturais, inscritas no meio de comunicação que exercita: a língua. Em segundo lugar, o leitor de língua e cultura vê o peso das suas funções de mediação cultural exponencialmente aumentado, dada a sua condição de autóctone de uma das sociedades da língua estudada, parte dos leitores caracteriza-se como “agente cultural” ou “embaixador da língua e da cultura”.

Para além da multifuncionalidade, esta presença portuguesa em instituições universitárias estrangeiras é também caracterizada pela contínua substituição e deslocação dos recursos humanos pois não existe uma carreira de leitor e a duração das missões é limitada. No que diz respeito ao recrutamento dos leitores, recorrendo às entrevistas e inquéritos realizados, identificámos três momentos diferentes, que se traduzem em composições diferenciadas desta população. Num primeiro momento, na década de 70, reconhecemos uma tendência para a contratação de jovens licenciados em línguas sem vínculo ao Estado, sendo que o grande atractivo era a ligação desta vertente específica da política externa portuguesa ao mundo académico. No segundo momento, até meados dos anos 90, a política de recrutamento de leitores privilegiou a requisição de professores experientes dos quadros das escolas e universidades. Actualmente, e apesar de existirem ainda leitores requisitados, a tendência é semelhante à do primeiro momento identificado, o que leva a que após a experiência de leitorado os indivíduos tenham que desenvolver estratégias adaptativas de reconversão profissional. A tendência actual corresponde a uma aposta da direcção do Instituto Camões em candidatos que se mostrem disponíveis para lidar com funções e responsabilidades

diversificadas – além da docência de línguas – e com capacidade de adaptação a variados contextos.

Desta forma, a configuração actual do recrutamento de leitores – substituição de recursos humanos e contratação de trabalhadores sem vínculo a qualquer instituição - apesar de não ser completamente nova, ganha uma dimensão de precariedade generalizada no actual mercado laboral. Os testemunhos recolhidos permitem-nos assumir que em épocas em que a taxa de desemprego das populações licenciadas era inexistente, a experiência de leitorado era uma garantia, ou pelo menos uma possibilidade clara, de empregabilidade para os leitores sem vínculo ao Estado, ao passo que na conjuntura actual essa reinserção no mercado de trabalho se torna bem mais difícil.

5. Os Leitores: Uma Identidade Profissional ou um Percurso em Comum?

Pelas características que assume o desempenho do papel de leitor, a itinerância é um dos efeitos principais nas suas trajectórias. Falamos de itinerância numa dupla dimensão: a ‘itinerância geográfica’, que tem óbvias implicações nas suas trajectórias de vida, e a ‘itinerância laboral’ que se prende por um lado com as várias actividades profissionais dos leitores ao longo das suas trajectórias e por outro com as funções que assumem durante as missões e que variam consoante os contextos de desempenho da actividade.

Conjugando a intensidade dos investimentos pessoais nestes dois tipos de itinerância chegámos a três trajectórias-tipo. Para ilustrar a primeira, de saída, recorreremos ao exemplo dos professores que, após uma ou mais experiências de leitorado, continuam as suas carreiras no estrangeiro, por vezes na universidade onde foram leitores. Um outro tipo de trajectória identificada é a de transição, quando após uma ou mais experiências de leitorado, o professor regressa a Portugal e se reconverte profissionalmente, sendo comum a passagem do ensino básico ou secundário para o superior, proporcionada pelos contactos e experiência adquiridos durante o leitorado. Por fim, defrontámo-nos com trajectórias de digressão, caracterizadas pelo regresso dos professores aos seus postos de origem, fazendo recurso, ou não, das mais-valias adquiridas com a sua experiência de leitores no estrangeiro.

6. Meios Pedagógicos de Difusão da Língua Portuguesa no estrangeiro.

A análise aos manuais disponíveis para o ensino do português como língua estrangeira é outra das componentes deste projecto de investigação. A este respeito, há por parte dos

leitores, por um lado, um sentimento de necessidade de recurso a um manual de apoio à docência e, por outro, um descontentamento face aos manuais disponíveis. Foram identificados vários tipos de carências nos manuais analisados. O primeiro prende-se com o facto da maioria dos manuais não tratar explicitamente construções específicas do português que distinguem esta língua de outras que lhe são tipológica e geneticamente próximas; o segundo tem a ver com a ausência de explicitação sistemática de variantes dialectais e sociais, como a variação existente entre o português europeu e o português brasileiro, ou a distinção de registos, por exemplo, entre a norma e a língua corrente. A ausência de explicitação da informação gramatical e de informação diferenciada para diferentes línguas maternas, e ainda a inexistência de manuais, ou secções, vocacionados para o ensino do português para fins específicos são as outras principais carências identificadas. Sendo difícil que um mesmo manual cumpra todos os objectivos, parecer-nos-ia mais adequada a construção de materiais suplementares que pudessem servir de complemento aos materiais existentes.

7. Rumo a um novo modelo de internacionalização da língua e cultura portuguesas?

Após um longo período em que a internacionalização do ensino da língua e cultura portuguesas no estrangeiro se fazia quase exclusivamente através da presença de professores nas universidades, assistimos nos últimos anos ao reconhecimento institucional da componente cultural das missões de leitorado, a uma maior utilização dos recursos *on-line* e do ensino à distância, assim como a uma aposta, pela instituição da tutela, no apoio à contratação local de professores. Passa assim a ser uma prática mais territorializada, pois o envio de professores já não é evidente em todos os casos, depende das características do território onde se pretende fomentar o ensino da Língua Portuguesa.